

Quem ameaça a Amazônia

O tom sereno e equilibrado da nota divulgada pelo Palácio do Planalto mostra que o Conselho de Defesa Nacional soube, em sua última reunião, avaliar com a objetividade necessária o problema da segurança da Amazônia. Se havia algum temor de que o governo se deixasse influenciar por grupos interessados em dramatizar a questão, agitando o espantinho de supostas ameaças externas à região, ele se revelou infundado. As providências anunciadas pelo governo, como a instalação de um sistema de radar, há muito se faziam necessárias, e só merecem apoio.

— Talvez pressentindo que o velho mito da “cobiça internacional” pela Amazônia pudesse ser ressuscitado, o ministro Mário César Flores, da Secretaria de Assuntos Estratégicos, fez questão de deixar claro, antes da reunião, que não acredita em “teoria conspirativa”. Para ele não há razão para se cogitar de conspiração contra o Brasil por causa de manobras de algumas centenas de soldados e oficiais americanos na Guiana e no Suriname, pois elas foram previamente comunicadas ao Itamaraty e não representam qualquer risco para o País. Aliás, o governo americano foi ainda mais longe. Convidou — e o convite foi aceito — observadores militares brasileiros para assistir às manobras.

Os inimigos que ameaçam a Amazônia estão aqui dentro mesmo e, se o governo cumprir à risca o que promete, terá finalmente meios para combatê-los. Entre eles, e em posição de destaque, estão os garimpeiros que, agindo sem qualquer controle eficiente na vastidão da Amazônia, e explorados por grupos bem organizados, vêm provocando enormes danos. A ação predatória dos garimpos torna imprestáveis vastas regiões e, pelo uso intenso do mercúrio, destrói a vida em rios importantes. Isso com relação à degradação do meio ambiente. Em termos econômicos, o contrabando em larga escala de metais e pedras preciosas, feito pelos garimpeiros, vem causando há várias décadas enormes prejuízos ao País.

Outro inimigo, cada vez mais perigoso, é o narcotráfico. As precárias condições de segurança e vigilância existentes na Amazônia constituem o campo ideal para a ação desse que constitui hoje, de longe, a forma mais sofisticada e bem estruturada de crime organizado. Por outro lado, as populações indígenas ocupam posição peculiar no caso da Amazônia. Ninguém coloca em dúvida a necessidade de protegê-las, mas deve-se atentar para dois aspectos. É preciso, por exemplo, conter de alguma forma a ação nefasta de muitas tribos contra o meio ambiente, como é o caso da exploração, por elas patrocinada, de madeiras nobres como o mogno.

Procede também o temor provocado no governo por um projeto de Declaração Universal dos Direitos Indígenas, em discussão na ONU, que reconhece o direito à autodeterminação das comunidades indígenas, consideradas como nações. Há aí um risco potencial, embora remoto, pois a soma das reservas indígenas, já demarcadas ou não, representa 10% do território nacional. Elas compreendem atualmente o equivalente a 47% do território de Roraima, 20% do Pará, 17% do Amazonas e 7% do Amapá. No âmbito da ONU, caberá ao Itamaraty agir.

Nossos “inimigos”, como se vê, estão aqui dentro mesmo. E a nota do Planalto, depois de lembrar, como é natural, a soberania brasileira sobre a Amazônia, deixa claro que as medidas tomadas terão reflexos sobre a ação de todos aqueles grupos. E observa acertadamente que o sistema de radar a ser instalado é de importância decisiva para a própria aviação civil, para a qual faltam hoje condições ideais de segurança para operar na Amazônia.

Uma restrição, apenas, ao comportamento do Conselho de Defesa Nacional: a justificativa para a instalação do sistema de radar sem licitação não convenceu ninguém. Vamos esperar que o governo esclareça melhor essa questão para não ter aborrecimentos amanhã.